

PROJETO DE LEI Nº 134/2018

**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 7035,
DE 18 DE JULHO DE 2014.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO
DE ITAPEMIRIM**, no uso de suas atribuições
legais, que lhe são conferidas pelos incisos III
e IV do Art. 69 da Lei Orgânica Municipal, faz
saber que a Câmara aprovou e sanciona a
seguinte Lei:

Art. 1º Os §§ 1º e 2º do artigo 13, da Lei nº 7035, de 18 de julho de 2014, passam a vigorar conforme a seguir:

"Art. 13 (...)

§ 1º. Sem prejuízo aos demais órgãos que podem participar, as seguintes Secretarias deverão necessariamente fazer parte da CAISAN: Desenvolvimento Social, Agricultura e Interior, Educação, Meio Ambiente e Saúde.

§ 2º. Os titulares das Secretarias integrantes da CAISAN formarão o Pleno Secretarial, em conformidade com o artigo 11 da Lei Federal nº 11.346/06. No caso de impedimento ou ausência do titular, será convocado o suplente indicado da secretaria.

(...)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cachoeiro de Itapemirim, 17 de outubro de 2018.

VICTOR DA SILVA COELHO
Prefeito Municipal

MENSAGEM

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 046/2018, que **altera dispositivos da Lei nº 7035, de 18 de julho de 2014, que dispõe sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.**

O presente projeto de lei visa alterar a redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 13 da Lei nº 7035, de 18 de julho de 2014, que versam sobre a composição da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, que integra o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – SISAN, no âmbito do Município de Cachoeiro de Itapemirim, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES.

A alteração proposta faz a adequação necessária na composição da CAISAN, em conformidade com a representação governamental do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN, em conformidade com a legislação federal que trata da segurança alimentar e nutricional, Lei nº 11.346/2006 e ainda, do Decreto Federal nº 6272/2007, que rege o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, e também, com a Lei Complementar nº 609/2011, do Governo do Estado do Espírito Santo.

A urgência da proposta se deve ao fato de que até o mês de Maio de 2019, a CAISAN deverá finalizar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional que é parte integrante e necessária para a Estruturação do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Desta forma, contamos com o apoio dos Nobres Edis para aprovação do presente Projeto de Lei.

Cordiais Saudações,

VICTOR DA SILVA COELHO
Prefeito Municipal

Cachoeiro de Itapemirim, 17 de outubro de 2018.

OF/GAP/Nº 455/2018

Exmº. Sr.

ALEXANDRE BASTOS RODRIGUES

Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando, em anexo, Projeto de Lei nº 046/2018 para apreciação dessa Douta Câmara Municipal, **em REGIME DE URGÊNCIA.**

Atenciosamente,

VICTOR DA SILVA COELHO
Prefeito Municipal